

## **O PT e as coligações para o executivo municipal no Brasil pós-impeachment**

*Felipe Munhoz de Albuquerque<sup>1</sup>*

*Nara Oliveira Salles<sup>2</sup>*

### **Resumo**

Em 2016, o Brasil vivenciou um processo de impeachment que interrompeu a presidência de Dilma Rousseff e encerrou mais de uma década de governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no nível federal. O objetivo deste trabalho é verificar se esse acontecimento teve impacto sobre as coligações formadas pelo PT nas eleições municipais do mesmo ano, após o afastamento de Dilma. Para isso, analisaremos as coligações compostas pelo PT em eleições municipais entre 2000 e 2016, identificando rupturas e continuidades relativas aos principais aliados do partido nessas disputas. Como referência, utilizaremos a orientação dos demais partidos brasileiros para a votação do impeachment de Dilma Rousseff no Congresso. O interesse é verificar se o PT se aproximou de partidos contrários ao impedimento e, no mesmo sentido, se distanciou dos partidos favoráveis no que se refere às coligações compostas nas eleições municipais em 2016. Do ponto de vista teórico, este trabalho permite retomar a discussão acerca da competição eleitoral e partidária nos municípios brasileiros, em que se destaca, por lado, a predominância de uma lógica particular da disputa – ou, para fazer uso do conceito de Lima Júnior (1983), da *racionalidade contextual* – e, por outro, a recente corrente de nacionalização da competição no Brasil (Limongi e Cortez, 2010; Meneguello, 2010; Sandes-Freitas, 2012, 2013).

**Palavras-chave:** Coligações; Impeachment; Eleições municipais

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Argelina Figueiredo. E-mail: <narasal@hotmail.com>.

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), orientada pelo Prof. Dr. Fernando Guarnieri. E-mail: <narasal@hotmail.com>.

## 1. Introdução

Entre os acontecimentos políticos de 2016, pode-se, sem esforços, destacar o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, votado pelo Senado Federal em 31 de agosto. A conclusão do processo já havia sido sinalizada em 17 de abril, quando 367 deputados federais decidiram pelo prosseguimento do pedido de impeachment. Em meio ao processo de ruptura democrática, juntaram-se os trâmites para as eleições municipais de 2016. O objetivo deste trabalho é buscar possíveis associações entre os dois acontecimentos no que se refere às coligações construídas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas disputas majoritárias.

É verdade que a ciência política ainda se debruça pouco sobre a competição eleitoral nos municípios, mas é possível identificar perspectivas dominantes de análise. De um lado, estão os estudos que apontam a predominância de particularidades da disputa local ou, para fazer uso do conceito de Lima Júnior (1983), de uma racionalidade contextual. Por outro lado, há uma tentativa recente de parte da literatura em demonstrar empiricamente uma tendência de ‘nacionalização da competição eleitoral’ no Brasil (LIMONGI; CORTEZ, 2010; MENEGUELLO, 2010; SANDES-FREITAS, 2012). Neste debate, o que parece consensual é a relação entre o tamanho e o desenvolvimento do município e o alinhamento das lógicas local e nacional, como será demonstrado adiante.

Considerando as colocações acima, poderia ser esperado: (1) que o processo de impeachment não tenha tido impacto significativos nas coligações para prefeito, dada a racionalidade contextual que operaria nos municípios brasileiros; (2) que o processo tenha influenciado apenas as alianças de capitais e municípios de grande porte; (3) que o processo de impeachment tenha tido algum efeito nas coligações majoritárias de modo geral, visto a tendência de ‘nacionalização’ da disputa.

No esforço para responder essas hipóteses, o trabalho é dividido da seguinte maneira: a primeira parte discute a bibliografia sobre coligações eleitorais no Brasil, e, em particular, as realizadas nas eleições municipais. Em seguida, é abordado como se deu o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, com um intuito não só elucidativo, mas também visando identificar os grupos de partidos que atuaram tanto para a deposição como em defesa da petista. Posteriormente, serão tratadas em particular as coligações que envolvem o PT, tanto antes quanto depois do impeachment, buscando identificar padrões e rupturas na formação de suas alianças.

É importante ressaltar que as coligações serão analisadas com relação à orientação dos partidos na votação do impeachment. Assim, o que estará em questão é em que medida o PT se coligou com partidos favoráveis ou contrários ao impedimento de Dilma, desconsiderando qualquer avaliação de proximidade ou distanciamento ideológico entre eles. Aqui, o objetivo é identificar em que medida o PT formou alianças com adversários nesse processo e não se seus parceiros preferenciais para as prefeituras em 2016 possuem ideologia ou comportamento políticos distintos.

## **2. Coligações eleitorais no Brasil: o debate da literatura**

### ***2.1. Aspectos gerais***

Na arena eleitoral, independentemente do nível da disputa, os partidos se relacionam entre si, sobretudo, através de coligações partidárias. Sob a ótica da legislação brasileira, o conceito de coligação prevê aliança entre as legendas para a disputa eleitoral, “devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários” (Lei nº 9.504/1997, art.6º, §1º). Entretanto, não há consenso na literatura sobre qual (ou quais) a racionalidade e a estratégia que operam por detrás de tais uniões.

Nas pesquisas sobre coligações eleitorais no Brasil, a maioria dos trabalhos costuma, grosso modo, combinar diferentes doses de dois eixos explicativos principais. De um lado, há os que apontam a prevalência do pragmatismo como mola propulsora das coligações: o partido constrói alianças para minimizar custos e maximizar suas chances eleitorais, desconsiderando a coloração ideológica dos parceiros necessários para a vitória. Por outro lado, há a perspectiva que coloca a ideologia como freio ao leque de alianças: o alcance das alianças de um partido – também visando maximizar suas chances eleitorais – é restringido por seu matiz ideológico e o de seus parceiros.

As duas visões foram sistematizadas por Gláucio Soares (1964), ao publicar o artigo *Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria*, no qual ele constatava a crescente importância que elas vinham obtendo ao longo das eleições. Da sua pesquisa surgem três hipóteses sobre quais situações seriam propícias para a formação de coligações: a) os pequenos partidos têm maior interesse em se aliarem do que os partidos maiores, já que é mais difícil para eles atingir o quociente eleitoral; b) Há mais alianças nas eleições para a Câmara dos Deputados do que nas eleições para as Assembleias

Legislativas, uma vez que é maior o quociente eleitoral no primeiro caso<sup>3</sup> e; c) As alianças são mais frequentes nas eleições majoritárias do que nas proporcionais.

Junto com a teoria da economia de esforços, o autor propõe a *teoria da resistência ideológica*. De caráter mais sociológico, ela supõe que eleitores urbanos possuem uma maior orientação ideológica, e, portanto, são mais resistentes à formação de alianças, já que são mais politizados. Ela é mais atenta às características socioeconômicas dos partidos e de suas bases sociais e resulta em duas hipóteses: d) as alianças são mais comuns nos estados rurais do que nos urbanos; e) partidos com ideologia definida e com base social nítida formariam menos alianças.

Posteriormente, Lima Junior (1983) afirma que:

As decisões partidárias de formar alianças foram racionais porque tinham como principal objetivo maximizar o apoio eleitoral e foram contextuais porque tomadas localmente, à luz dos resultados da eleição prévia, e não de acordo com uma estratégia partidária nacional. A força local relativa de um partido constitui-se, assim, no determinante principal de qualquer decisão sobre formação de alianças. (LIMA JÚNIOR, 1983, p.77)

Defendendo, portanto, que não se pode lançar mão de uma “racionalidade política invariante” para a compreensão da lógica das coligações eleitorais, assim como teria feito Gláucio Soares, Lima Júnior (1983) a substitui pela noção de “*racionalidade contextual*” e estrutura dois princípios básicos para o entendimento das coligações: “(a) o partido forma alianças a fim de maximizar seu suporte eleitoral; (b) o partido forma alianças para tentar derrotar seu principal adversário” (LIMA JÚNIOR, 1983, p.63).

Esta concepção de que a construção de coligações estaria atrelada à diminuição de opositores também perpassa a “Lei de Ferro da competição eleitoral”, em que Figueiredo (1994), considerando ainda os mecanismos do sistema eleitoral, aponta que há uma relação inversamente proporcional entre a probabilidade de formação das coligações e a estrutura de oportunidades eleitorais dos atores que compõem o jogo político em um determinado contexto. Para o autor, as regras da arena eleitoral podem aumentar ou diminuir as chances de eleição dos competidores.

A perspectiva institucional ainda é incorporada por Anastasia, Nunes e Meira (2010) ao tentar compreender o processo estratégico de formação das alianças formais

---

<sup>3</sup> Como o quociente eleitoral é a quantidade de votos válidos dividido pela magnitude (número de vagas em disputa) do distrito, quanto maior menor a magnitude, maior o quociente eleitoral, e mais desproporcional é o sistema.

em estudo sobre a interação entre PT e PSDB nas eleições majoritárias compreendidas entre 1998 e 2008. De acordo com os autores:

[...] as escolhas dos atores relativamente aos seus aliados ou adversários na arena eleitoral sofrem o impacto de variáveis institucionais – o presidencialismo de coalizão; a organização federativa brasileira; o multipartidarismo e suas expressões subnacionais; o calendário eleitoral – e de variáveis políticas – a dinâmica da competição nos diferentes níveis da Federação e ao longo do tempo; o caráter *aninhado* das eleições majoritárias brasileiras. (ANASTASIA, NUNES e MEIRA, 2010, p.270)

Para além destes elementos, Miguel (2010) ainda ressalta a insuficiência da dicotomia esquerda-direita como fator explicativo e classificativo do sistema partidário do Brasil:

[...] nossos partidos são criados e desaparecem, se fundem, se partem, mudam de nome. Há a baixa identificação do eleitorado. Há o personalismo das disputas políticas. Há o fato de que um político pode passar por diversas legendas ao longo de sua carreira, de esquerda ou de direita. Mas há, sobretudo, a fraca coesão e o localismo. (MIGUEL, 2010, p.34)

Mais recentemente, outras variáveis têm sido acrescentadas nas teorias explicativas sobre as coligações. A importância do HGPE na definição de alianças (LIMONGI; CORTEZ, 2010; MACHADO, 2012; LIMONGI; VASSELAI, 2016) e o barateamento das campanhas majoritárias (2010) são fatores relevantes hoje em dia no momento da escolha de partidos a se coligar. Da mesma forma, vem crescendo a quantidade de estudos que se debruçam sobre o posicionamento do partido frente aos governos dos distintos níveis – governismo *versus* oposicionismo –, e seu comportamento coligacionista progresso e/ou nas demais arenas (SCHMITT, 1999; MIGUEL; MACHADO, 2007; FERREIRA; RIBEIRO, 2010; MACHADO; MIGUEL, 2011). Nessa corrente, esses fatores são apontados como possíveis limitadores à adoção de estratégias exclusivamente calculistas e pragmáticas para a celebração de coligações. E aí podemos adentrar a esfera municipal.

## ***2.2. Estudos municipais***

Em *Os partidos políticos brasileiros* Lima Junior (1983) propõe uma abordagem baseada numa racionalidade política contextual. Segundo o autor, antes do que um único sistema partidário nacional, haveria diversos subsistemas partidários estaduais, implicando em substanciais diferenças na dinâmica da competição eleitoral em cada contexto regional. Desse modo, partidos grandes nacionalmente não necessariamente serão grandes em todos os estados, o que reforça a tese da universalização do bônus apontada por Santos (1987). Da mesma forma, em regimes federativos as coligações

nacionais não costumam ser reproduzidas nas esferas locais, pois cada estado apresenta questões ligadas a ordem regional para a escolha das estratégias dos partidos políticos nas eleições municipais

Dantas (2007) retoma esse debate, tentando identificar uma lógica para os alinhamentos eleitorais nos pleitos municipais. Seus achados demonstram que “o que não parece possível afirmar é a existência de uma lógica única que contemple o posicionamento das legendas nas milhares de eleições avaliadas. Mas fica evidente o fenômeno do governismo e um interesse maior pelas legendas dos governadores dos estados” (2007:162). No mesmo caminho segue o trabalho de Moraes de Sousa (2007), com as eleições municipais usualmente regidas por interesses pontuais e outras ordens de questão específica. Seguem, portanto, a mesma ideia de racionalidade contextual já exposta anteriormente.

Machado (2012) parte da premissa de que distintos ambientes eleitorais criam incentivos para movimentos de ação partidária diversas, com as legendas partidárias, primeiramente, formalizando ou não coligações eleitorais. Ou seja, a investigação partiu do pressuposto que os partidos são submetidos a constrangimentos internos e externos, e diante disso são influenciados por aspectos diferentes em respeito à decisão partidária acerca da participação em coligações. As conclusões do autor indicam para a “existência de efeitos específicos para cada partido na explicação de suas coligações” (Machado 2012:193). Com os resultados apontando para a consistência do modelo, a partir da existência de estímulos diferentes entre os partidos, não foi identificada uma dimensão unitária capaz de esgotar a explicação acerca do formato das coligações para todas as legendas através dos critérios de ideologia e governismo.

Nas análises de Machado (2007) e Miguel e Machado (2010) verificou-se que o tamanho do eleitorado possui influência na consistência ideológica e governista das coligações eleitorais para o cargo de prefeito no Brasil. Contudo, essas análises tinham como objetivos realizar uma descrição do cenário político, de modo que não foram utilizadas metodologias sofisticadas para identificar esse efeito. Segundo os autores:

As identidades partidárias tornam-se mais fluidas e orientadas por situações mais específicas com o decréscimo no tamanho dos municípios. Existe um mosaico de posições partidárias, porém, ao se enxergar o conjunto à distância, não se forma uma imagem clara de qual figura essas peças menores se destinavam a representar. (MIGUEL e MACHADO, 2010, p.363)

A análise de Anastasia, Nunes e Meira (2010) chega a conclusões semelhantes. A frequência e o êxito eleitoral das coligações entre PT e PSDB tende a ser menor à medida que aumenta o tamanho e a centralidade política do município. Deste modo, coligações como esta, que confronta a polarização estabelecida nacionalmente, é mais comum quanto menor a cidade e quanto menor a sua visibilidade no cenário nacional uma vez que nestas circunstâncias haveria menor impacto na próxima e mais importante rodada do jogo, as eleições presidenciais.

O tema da nacionalização dos partidos políticos se apresentou como um dos assuntos crescentes na literatura sobre coligações eleitorais no início dos anos 2000. Nesse caminho encontra-se o trabalho de Ribeiro (2005). Ao formular o Índice de Nacionalização de Alianças (INA), o autor utilizou dados das eleições nos 96 maiores municípios brasileiros – incluindo capitais de estado, mesmo que não alcançassem esse valor mínimo –, e verificou uma forte influência da política nacional das organizações partidárias na formalização de coligações para as eleições municipais (Ribeiro, 2005). Nesse sentido, o autor verificou ao mesmo tempo o crescimento da nacionalização dos partidos políticos e identificou alguns indícios relevantes de uma tendência centrípeta para as eleições de prefeitos municipais ocorridas nas maiores cidades entre os anos de 1996 e 2004.

Anastasia, Nunes e Meira (2010) congregam as duas perspectivas, a de nacionalização e a de racionalidade contextual para formularem a conexão entre os diferentes níveis da disputa política.

A dinâmica e os resultados da competição política em alguns dos municípios brasileiros, no contexto das eleições municipais, configuram *fatores contextuais* para a organização da competição em outras arenas, escolhidas por alguns atores como arenas principais do jogo eleitoral. Dessa forma, as eleições municipais, em algumas capitais e cidades de grande porte, estão *aninhadas* com as eleições para governadores e para presidente. (Anastasia et al. 2010:263)

Para os autores, o *aninhamento* das eleições nas três esferas implica em um jogo que ocorre em múltiplas rodadas, interligando resultados e posicionamentos de oposição ou de aliança. Mais do que um jogo que acontece no espaço, a competição política também abrange o tempo, elemento que somado a outros fatores, estrutura a lógica partidária local.

Braga e Rodrigues-Silveira (2012) também partem deste princípio ao afirmarem que as bases locais podem atuar na resolução de conflitos intrapartidários, assim como podem embasar a construção de alianças formais ou informais no nível subnacional que auxiliem no alcance de objetivos nacionais. Segundo os autores, “neste sentido, as estruturas partidárias no Brasil importam na medida em que permitem, ao mesmo tempo, a consolidação de um partido a nível local, mas também ajudariam a estabelecer limites para o desenvolvimento territorial de outros partidos” (BRAGA; RODRIGUES-SILVEIRA, 2012:42)

O principal argumento explicativo das coligações no âmbito municipal é, para Peixoto (2010), a probabilidade de o sistema de poder no município já estar consolidado quando as agremiações partidárias iniciam seu processo de expansão territorial das bases eleitorais. Deste fato resultariam dois processos: (1) não restaria alternativa aos novos partidos que se instalam no município a não ser a formação de coligações com aqueles já consolidados, que podem, inclusive, ser de matriz ideológica diferente, uma vez que o jogo político poderia apresentar relativa estabilidade e dificuldade de inserção inicial dos novos partidos na competição; (2) legendas que buscam a expansão territorial seriam obrigadas a se adaptar às singularidades locais, o que explicaria a variação de parceiros do PT nas coligações a partir do momento em que se expandiu pelos municípios brasileiros.

### **3. O Impeachment de Dilma Rousseff**

Desde 1994, as eleições presidenciais põem de frente PT e PSDB, dois dos maiores partidos brasileiros, e em 2014 não foi diferente. Com uma das eleições mais polarizadas dos últimos anos, a presidente petista Dilma Rousseff montou uma chapa presidencial composta por PT, PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PRB, PROS, PC do B e conquistou a reeleição com 51,65% dos votos válidos, ou aproximadamente 54 milhões de votos. Enquanto isso, o candidato tucano Aécio Neves montou uma coligação nacional de também 9 partidos (PSDB, DEM, SD, PMN, PEN, PTN, PTC, PT do B e PTB), perdendo a eleição com 48,35% dos votos, ou aproximadamente 50 milhões de votos. Na Câmara dos Deputados, a base de apoio ao governo contava com 304 dos 513 deputados, e, embora fosse menor que os 340 deputados em 2010, continuava sendo uma folgada maioria.

Os questionamentos tanto quanto a lisura das eleições quanto a legitimidade da presidente Dilma em continuar no governo começaram logo depois de findada as eleições. Em primeiro lugar, o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) pede a recontagem de votos pela primeira vez desde que as urnas eletrônicas foram adotadas no processo eleitoral brasileiro. Paralelo a isso, o PSDB entra questiona a aprovação das contas de campanha da chapa petista. Na Câmara dos deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), embora do partido do vice-presidente Michel Temer, é eleito presidente da Câmara dos Deputados, assumindo uma posição primeiro independente, posteriormente de oposição ao governo federal.

Nessas condições adversas, dos 37 pedidos de *impeachment* protocolados na Câmara, o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha acolhe o pedido redigido por Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Paschoal. Entre os principais argumentos, os decretos de abertura de créditos suplementares sem a autorização do Congresso Nacional e as *pedaladas fiscais*, manobra contábil do governo com o intuito de passar a impressão de que se arrecadava mais do que se gastava. Os destinos finais desses créditos eram programas sociais como o ‘Bolsa Família’ e o ‘Minha Casa Minha Vida’, iniciativas dos governos petistas.

Acolhido o requerimento de *impeachment*, coube a uma comissão avaliar a admissibilidade do processo. Ali se passou a ver os primeiros posicionamentos dos partidos quanto ao tema. Partidos como PMDB, PP, PR, PRB e PROS votaram majoritariamente a favor da continuidade do processo, mesmo sendo da base governista. No final, o relatório pela admissibilidade foi aceito, por 38 votos a 27. Mesmo assim, parecia ser uma margem apertada, e ainda não existiam posições claras dos partidos sobre a votação no plenário da Câmara.

Aprovado na comissão de *impeachment*, cabia ao plenário da Câmara aprovar ou não o relatório final. Para a aprovação, eram necessários 342 votos, ou 66% dos deputados. Para que o relatório fosse recusado, e, conseqüentemente, a admissibilidade do processo fosse rejeitado, o governo necessitava de apenas 171 votos, ou que a oposição não conquistasse os 342 votos necessários. Após diversas negociações e manobras, tendo a presidente Dilma de um lado e o vice-presidente Michel Temer de outro, as orientações dos partidos na hora da votação se mostra como na tabela abaixo:

**Tabela 1**Orientações partidárias sobre a admissibilidade do *impeachment*

<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Liberou bancada</b>
PSDB	PT	PMDB
DEM	PR	PP
PPS	PSD	PHS
PSB	PDT	PROS
PRB	PTN	
PTB	PC do B	
SD	PSOL	
PSC	REDE	
PV	PT do B	
PSL	PEN	
PMB		

Fonte: elaboração própria a partir da orientação das lideranças partidárias<sup>4</sup>.

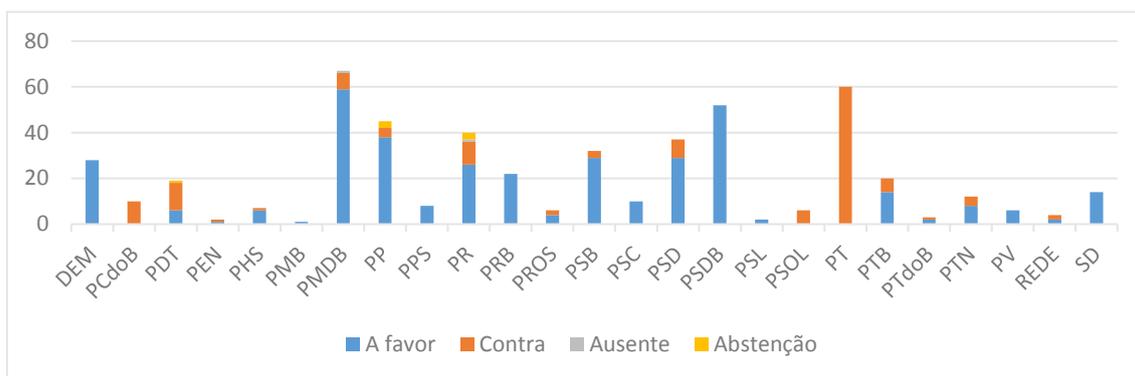
Considerando apenas as orientações dos partidos, se vê uma flutuação de algumas agremiações desde o fim das eleições até a votação no plenário. PMDB, PP e PROS, que pertenciam à chapa eleitoral da presidente Dilma em 2014 liberam suas bancadas, enquanto o PRB assume a defesa do *impeachment*, orientando o voto sim. Do lado do PT ficam o PR e PSD, com mais deputados, e diversos médios e pequenos partidos de esquerda. Enquanto isso, o PSDB consegue aglutinar, junto ao DEM, partidos que concorreram em outras chapas presidenciais, como o PSB e o PPS, que contam com uma boa quantidade de deputados. A votação final do *impeachment* está exposta no gráfico 1 abaixo:

---

<sup>4</sup> Informações obtidas através do registro taquigráfica da sessão. Disponível em <<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2016/4/EV1704161400.pdf>>. Acesso em 23/06/2017.

**Gráfico 1**

Votação final do *impeachment* por partido



Fonte: elaboração própria.

Como é possível perceber, a grande maioria dos partidos, independente da orientação de bancadas, votou a favor do *impeachment*. No cômputo geral, 367 deputados – 25 acima do necessário – votaram sim, enquanto apenas 137 deputados votaram contra a admissibilidade do processo. Ainda 9 deputados se abstiveram ou faltaram à sessão. Independentemente da variação na votação, utilizaremos a orientação das lideranças para a análise proposta neste trabalho, visto que a coligação para eleições majoritárias municipais é, em tese, decidida a nível partidário. Assim, interessa mais o posicionamento dos mesmos durante a votação do *impeachment* de Dilma Rousseff do que dos deputados individualmente.

#### 4. Análise dos dados

##### *Características gerais*

As coligações compostas pelo PT ao longo dos anos são comumente caracterizadas como progressivamente pragmáticas. Autores como Miguel e Machado (2010) já ressaltaram que, embora em 1989 o partido tenha rejeitado a aliança com Ulysses Guimarães, a trajetória do partido passou a incluir, sobretudo a partir de 2002, alianças com importantes oligarcas da política brasileira, como José Sarney. Eles argumentam que

Pagando o preço de derrotas eleitorais nas primeiras disputas, o PT pôde constituir uma identidade e, simultaneamente, se constituir como marca político-partidária, muito mais do que qualquer outra legenda brasileira. Na hora de se abrir para a barganha, em busca de vitórias, estava em posição vantajosa. Assim, ainda que de maneira não plenamente consciente, o partido estabeleceu uma estratégia de longo prazo, acumulando um capital de

credibilidade que seria resgatado no momento adequado (MIGUEL & MACHADO, 2010, p. 346).

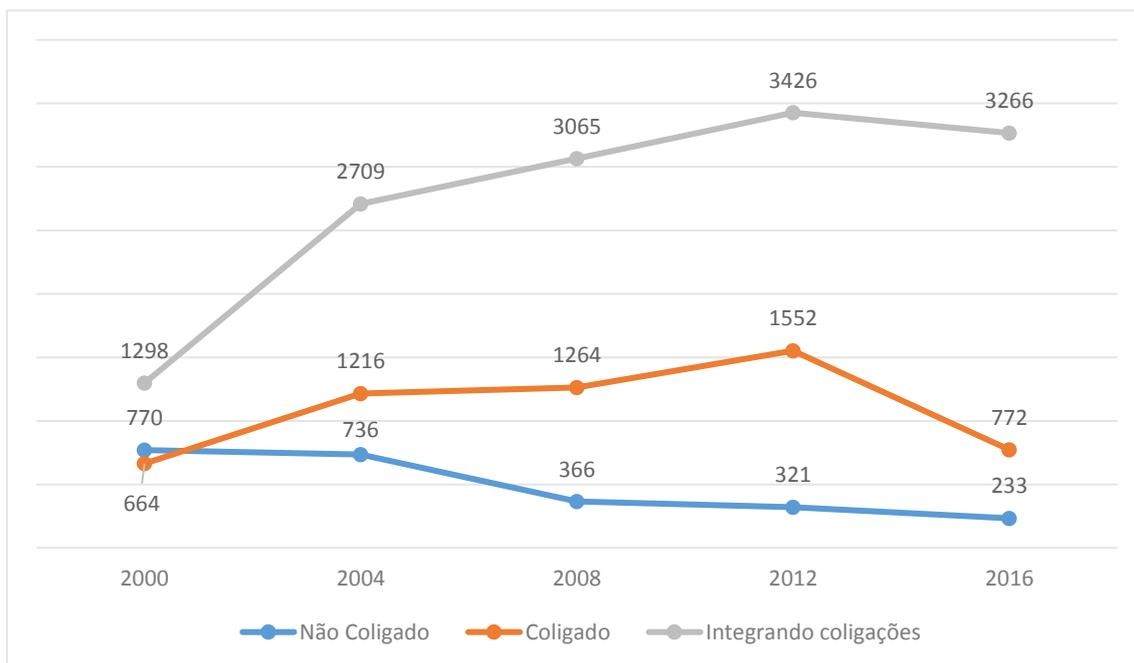
No contexto municipal, em específico, o PT era um partido pequeno considerando as eleições para prefeito até 2000, concentrando sua força apenas nos municípios de maior concentração populacional. Nessas eleições, o PT conquistou apenas 3,4% das prefeituras, percentual que apresentou importante crescimento a partir de 2004, após a chegada de Lula à Presidência em 2002. Outra característica da participação petista nesse pleito foi o maior número de candidaturas a prefeito sem coligação (28,2%) quando comparados as alianças estabelecidas em disputadas posteriores. Apresentando tendência de queda constante, a quantidade de candidaturas isoladas se reduz de forma considerável entre os anos isolados, inclusive após o *impeachment*. Em 2004, essa proporção caiu para 15,7%.

De modo geral, a mesma característica apresentada pelo PT nas eleições 2004 se manteve na disputa seguinte ainda com mais força. Em primeiro lugar, o partido aumentou ainda mais o número de coligações, apresentando candidatos isolados em apenas 7,8% dos municípios. Em 2012, apenas 6% dos municípios brasileiros o PT decidiu concorrer sozinho. Mesmo após o *impeachment*, essa proporção continuou caindo, já que o partido disputou eleições sem formar alianças em apenas 5,4% das vezes em 2016.

Porém, é inegável constatar o impacto que a campanha a favor do *impeachment* teve nas estratégias de lançamento de candidaturas petistas e na construção de suas alianças. O PT, que em 2012 havia lançado 1873 candidatos a prefeito, reduz suas candidaturas ao executivo municipal para apenas 1005 em 2016, uma diminuição considerável de 46,3%. A incapacidade de construir alianças pode ser um dos motivos para essa queda acentuada. No que se refere às alianças, se em 2012 o PT concorreu coligado em 1552 municípios, em 2016 o total de candidaturas coligadas caiu para 772, retornando a patamares um pouco maiores que 2000, com um diferencial já exposto acima: poucas vezes concorrendo sozinho.

**Gráfico 2**

Presença do PT nas eleições municipais (2000-2016)



Fonte: elaboração própria.

Todavia, é importante destacar que, se o PT reduziu consideravelmente suas candidaturas ao executivo municipal em 2016, esse impacto foi significativamente menor nas coligações que o partido compôs apoiando candidatos de outras legendas. Em outras palavras, desde 2000 o PT aumentou expressivamente a participação em coligações nas eleições majoritárias municipais e, embora essa tendência tenha sofrido alguma ruptura depois do impeachment, em 2016, o partido continuou coligado muitas vezes, em apoio a candidatos a prefeito de outras agremiações. Em 2012, o PT integrava 3426 coligações, mais do que o dobro de participações que o partido apresentou em 2000, por exemplo. Mesmo que esse número tenha se reduzido para 3266 coligações em 2016, ele sequer atingiu o patamar de 2008, quando o PT integrava 3065 coligações com candidatos. Nesse sentido, é possível afirmar que o impacto do impeachment foi pequeno.

Se considerarmos os tamanhos dos municípios ao elaborar esta análise, é possível notar que o PT sofreu principalmente nos pequenos municípios, onde sua presença caiu consideravelmente (Tabela 2). Nos municípios com até 10 mil habitantes, por exemplo, as coligações do PT só foram maiores quando comparadas às eleições de 2000, quando Lula ainda nem havia chegado à Presidência da República. É verdade que, nas localidades com até 5 mil habitantes, em específico, o PT teve um grande aumento de 2000 para 2004,

indo de 654 para 1432 coligações. Nos demais anos, no entanto, o partido já começou a diminuir suas coligações, porém menos expressivamente: em 2008, o PT estava coligado em 1380 municípios e, em 2012, em 1337. Após o impeachment, em 2016, esse número cai para 1011 coligações.

Apontamento semelhante pode ser elaborado para os municípios com população entre 5 mil e 10 mil habitantes, com a ressalva de que foi em 2012 que o PT se coligou maior número de vezes (1406). Além disso, entre 2004 e 2008 as coligações do partido tiveram alguma queda, ainda que mínima: de 1225 coligações em 2004 para 1219 em 2008. Apesar dessas especificidades, também nessa faixa de municípios as coligações petistas foram maiores apenas do que em 2000. Nas localidades com população de 10 mil a 50 mil habitantes, também consideradas de pequeno porte, as coligações do PT sofreram redução de 2012 para 2016: de 2097 alianças para 1742. Contudo, o número é maior do que as 1725 coligações formadas pelo PT em 2008.

Esse panorama se transforma com o aumento da população dos municípios, onde as quedas nas coligações petistas são bastante reduzidas. Nas localidades cuja população estava entre 50 mil e 100 mil habitantes, por exemplo, o número de coligações do PT caiu de 259, em 2012, para 234, em 2016. No entanto, mesmo com a pequena redução, é o maior número da série, com exceção de 2012. Esse padrão se repete para municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Nos maiores municípios, com mais de 500 mil habitantes, o número de coligações do PT se mantém de 2012 para 2016 e são maiores do que em todos os outros anos.

**Tabela 2**

Coligações do PT por tamanho do município (2000-2016)

<b>Ano</b>	<b>Até 5000</b>	<b>de 5001 a 10000</b>	<b>de 10001 a 50000</b>	<b>de 50001 a 100000</b>	<b>de 100001 a 500000</b>	<b>acima de 500000</b>
<b>2000</b>	654	683	1119	143	120	13
<b>2004</b>	1432	1225	1663	185	133	18
<b>2008</b>	1380	1219	1725	211	138	22
<b>2012</b>	1337	1406	2097	259	173	24
<b>2016</b>	1011	1095	1742	234	165	24

Fonte: elaboração própria.

Além disso, a partir de 2004, o PT cria alianças que ultrapassam seus parceiros históricos como PSB ou o PDT. Nesse momento, já se pode verificar um aumento no número de coligações com partidos da base do governo Lula e, também, com partidos de oposição ao governo federal. A principal razão para que o PT modificasse o seu perfil de coligação pode ser atribuída ao fato de que o partido, com ainda pouca capilaridade nos municípios, precisou se aliar a agremiações mais estabelecidas no nível local, buscando maior penetração. Nesse sentido, Miguel & Machado (2010, p. 351) avaliam que “se em um momento anterior o PT se distinguiu por exibir uma estratégia diferenciada de participação eleitoral, as eleições municipais de 2004 indicaram a guinada petista em busca da ampliação de sua base de apoio não apenas político-partidária, mas também eleitoral”.

Nas próximas seções, avaliaremos como se deu esse aumento de coligações com os partidos nas eleições municipais, tendo como base as orientações partidárias na votação do impeachment. Dessa forma, o comportamento esperado é o de que o PT passe em 2016 a se aliar mais com os partidos que orientaram ‘Não’ à admissibilidade do *impeachment* e se afaste dos partidos que orientaram ‘Sim’. Quanto aos partidos que liberaram a bancada, esperamos um comportamento padrão, mais estável, mesmo que as bancadas tenham votado majoritariamente contra ou a favor.

#### *Orientação Sim*

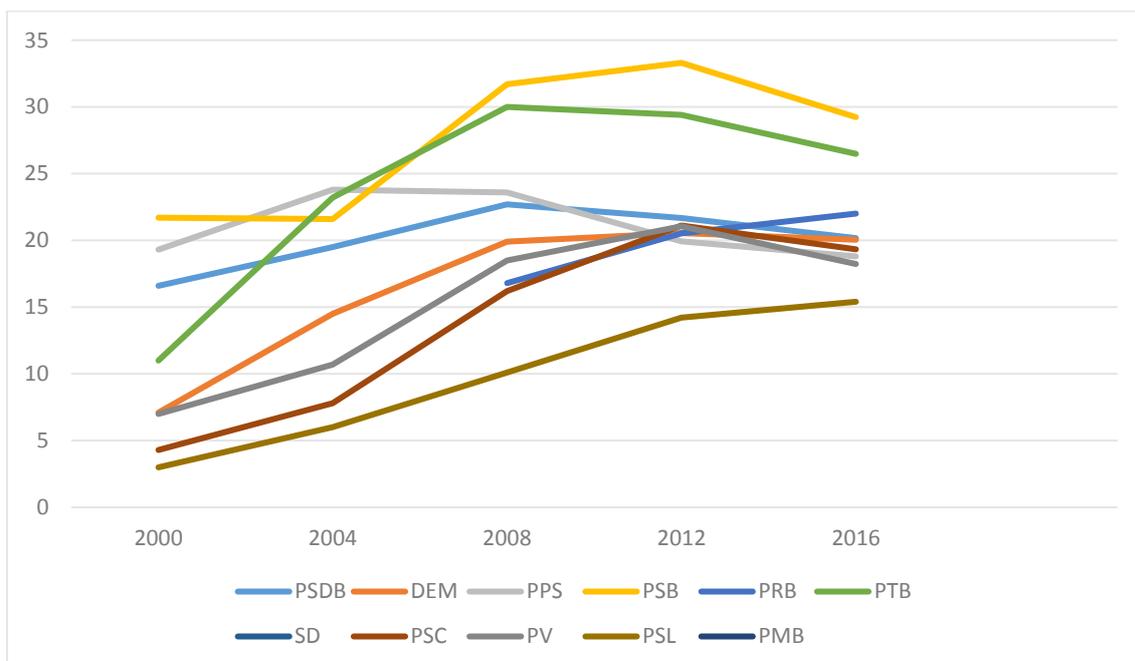
Como exposto anteriormente, foram 11 os partidos que orientaram seus deputados a votarem sim à admissibilidade do *impeachment*. Entre eles, adversários clássicos do PT, como PSDB e DEM, antigos parceiros como PSB, PPS, PRB, PSC, PV e PTB e partidos novos como o SD e o PMB. No gráfico 3 mostramos como ocorreu a evolução das coligações petistas com esses partidos. A nossa hipótese é a de que as eleições de 2016 apresentariam uma diminuição da proporção de alianças formadas entre esses partidos e o PT. E ela é confirmada pelos dados.

Em primeiro lugar, é inegável destacar o grande aumento de alianças feitas pelo PT com esses partidos, mais distantes do seu espectro ideológico, encontrando em 2008 e 2012, o seu auge. Partidos como PSDB e DEM, maiores opositoristas do governo petista no âmbito federal passam a aparecer em maior proporção nas chapas presentes também por petistas. Em 2012, por exemplo, eles estavam presentes em aproximadamente 21% das coligações onde o PT também estava presente. Porém em

2016, a queda nas coligações é menor do que o esperado. Diminuição percentual de 1,5% (21,6% para 20,1%) em relação ao PSDB e quanto ao DEM, foi de 20,5% para 20%.

**Gráfico 3**

Proporção de coligações do PT com partidos que orientaram 'Sim' ao *impeachment* (2000-2016)



Fonte: elaboração própria.

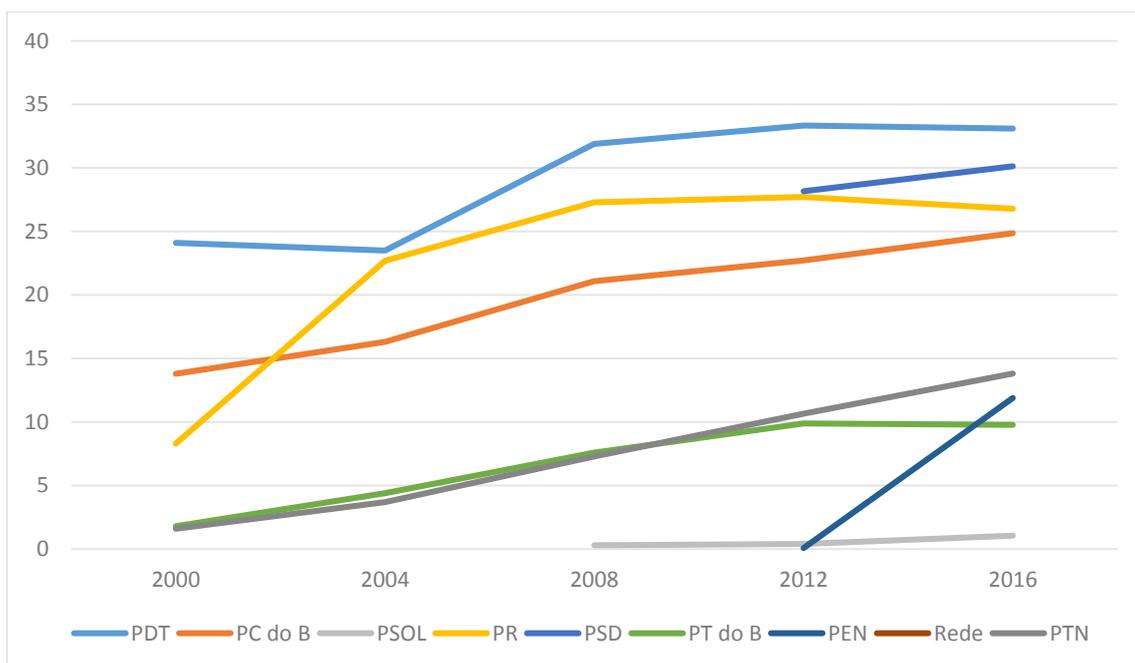
Os partidos que tiveram uma queda mais abrupta na proporção de coligações feitas são o PSB – até 2012 um de seus maiores parceiros (33,3% para 29,2%), PTB (29,3% para 26,4%), PSC (21,1% para 19,3%) e PV (21% para 18,2%). Se olharmos em números absolutos, pensaríamos que o PT passa a se coligar bem menos com esses partidos, porém esse resultado seria o esperado, já que o PT passa a participar de menos coligações. Quando olhamos as proporções, vimos que a tendência coligacionista com os partidos que orientaram 'Sim' obteve uma queda, porém em proporções modestas. Isso não se aplica para o caso do PSL e do PRB que aumentaram a proporção de coligações com o PT em 2016, respectivamente, de 14,2% para 15,4% e de 20,5% para 22,0%. Uma possível explicação para esse crescimento está na expansão desses partidos pelos municípios brasileiros.

## Orientação Não

O PT encontrou em seus parceiros tradicionais seus maiores apoiadores na luta contra o *impeachment*. Tirando o PSB, que até 2012 era seu principal parceiro coligacionista, os partidos de esquerda – PDT, PC do B e PSOL – foram os principais defensores da ex-presidenta Dilma. Da mesma forma, partidos que participaram da chapa vencedora em 2014 – PR, PTN e PSD – tiveram suas lideranças demonstrando apoio formal contra o impedimento, orientando suas bancadas a votarem não. O PT do B e PEN, que nas eleições de 2014 apoiaram o candidato tucano, também se declararam contrários ao impedimento. Por fim, o governo conseguiu o apoio também da Rede, partido inaugurado após as eleições presidenciais. O gráfico 4 expõe a proporção de coligações do PT com esses partidos desde 2000 até 2016.

**Gráfico 4**

Proporção de coligações do PT com partidos que orientaram ‘Não’ ao *impeachment* (2000-2016)



Fonte: elaboração própria.

As características nesse caso já são diferentes dos que orientaram ‘Sim’ ao *impeachment*. Se no primeiro caso, as alianças diminuíram, nesse caso a proporção de coligações aumentou. No caso em questão, o PDT assume de vez o papel de segundo maior parceiro petista nas eleições municipais, participando de mais de 33% das coligações, embora tenha se praticamente estável entre 2008 e 2016. Dos outros partidos, apenas o PR apresenta uma queda, porém baixa, passando a participar de 27,7% para

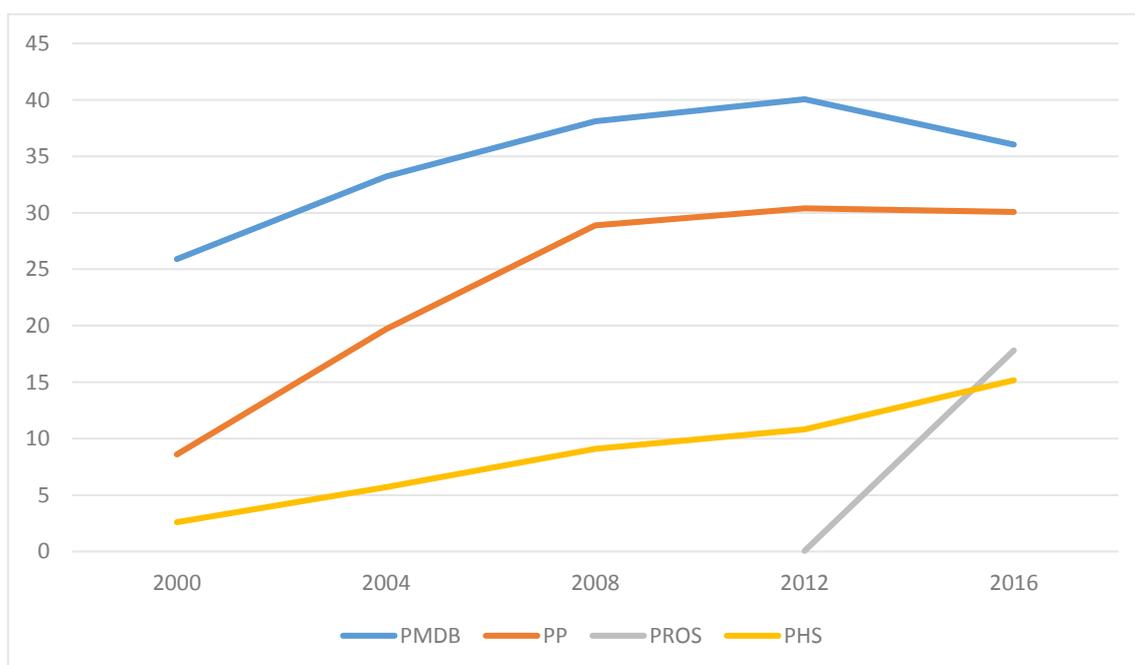
26,7% das alianças do PT. Cabe destacar o papel do PSD, que se torna o segundo maior parceiro petista, na frente do já citado PR e do PC do B, que vê sua presença aumentar consideravelmente, chegando a 24,8% em 2016. Cabe destaque também ao PEN e ao PTN: o primeiro passa de 0,07% em 2012 para surpreendentes 11,8% em 2016, enquanto o segundo chega a 13% nas últimas eleições, aumento percentual de mais de 3% comparado às eleições passadas.

### *Liberaram bancada*

Apenas quatro partidos liberaram suas bancadas na votação do plenário sobre a admissibilidade do *impeachment*. Desses, três faziam parte da bancada governista. Enquanto PP e PROS não tinham muito a ganhar, ou a perder, independentemente do resultado, o PMDB seria o maior beneficiado com a destituição da ex-presidenta eleita, afinal, o vice-presidente Michel Temer, do PMDB, assumiria o posto de presidente temporariamente, enquanto o processo de impedimento fosse julgado no Senado Federal. Mais do que isso, se tornou o principal parceiro do PT nas coligações municipais a partir de 2008, participando de aproximadamente 40% de alianças junto com o PT.

### **Gráfico 5**

Proporção de coligações do PT com partidos que liberaram a bancada no *impeachment* (2000-2016)



Fonte: elaboração própria.

Em 2016 é possível ver que essa relação se abala. É de quase 5% a queda na proporção de coligações em relação a 2012, porém o PMDB continua sendo o maior parceiro do PT nas eleições majoritárias municipais. O PP, por outro lado, se mantém praticamente estável entre os anos, se mantendo em 30% das coligações junto com os petistas. O PHS, que já mantinha um crescimento constante desde 2000, continua seu caminho em 2016, chegando a um patamar elevado de 15%, assim como o PROS, partido que disputa sua primeira eleição em 2012 e em 2016 já está presente em 17% das coligações junto com o PT. É importante destacar que os deputados desses partidos cujas lideranças liberaram as bancadas para a votação da admissibilidade do impeachment votaram em sua maioria, ‘sim’.

## 5. Considerações Finais

O Partido dos Trabalhadores, desde a chegada de Lula à Presidência em 2002, vinha aumentando sua participação e capilaridade nas disputas municipais no Brasil, como foi apontado. O impeachment representou claramente uma ruptura com esse padrão, dada a expressiva redução (46,3%) da participação do PT nas eleições para prefeito em 2016. Esse processo atingiu mais fortemente os menores municípios, locais em que o PT diminuiu ainda mais o lançamento de candidaturas e composição de coligações.

Isoladamente, esse fato já conduz a uma mudança nas coligações do partido: o PT se coligou menos porque participou menos. Porém, é válido ressaltar aspectos específicos das alianças petistas com os demais partidos. No que se refere aos partidos cujas lideranças orientaram *sim* na votação do impeachment de Dilma Rousseff – PSDB, DEM, PPS, PSB, PRB, PTB, SD, PSC, PV, PSL e PMB –, o PT reduziu as coligações com todas elas, com exceção do PRB e do PSL.

Comportamento oposto foi tomado com os partidos que orientaram seus deputados a votarem pela não admissibilidade do impedimento de Dilma. PDT e PT do B se mantiveram estáveis e PR com uma leve queda, enquanto todos os outros partidos – PSD, PC do B, PTN, PEN, REDE e PSOL – obtiveram um aumento de alianças com os petistas em 2016, mesmo algumas dessas bancadas tendo votado em sua maioria a favor do *impeachment*. PDT e PSD, inclusive, se mostram como alguns dos principais parceiros do PT nas eleições, tomando o lugar de PSB e PP.

Os partidos que liberaram suas bancadas contaram com comportamentos distintos. O PMDB – que teve nas figuras do vice-presidente Michel Temer e do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, os principais articuladores do *impeachment* – teve a sua proporção de coligações com o PT diminuída em quase 5%. Em números absolutos, passou de 2123 alianças em 2012 para 1539. Porém continua sendo o principal parceiro petista nas eleições majoritárias municipais. O PP, que também liberou bancada e teve maioria pró-impedimento, manteve estável a sua proporção de alianças com o PT. Já PROS e PHS contaram com um aumento substancial de alianças com os petistas.

Além dos apontamentos já elaborados, é importante ressaltar o aumento no número de alianças entre o PT e pequenos partidos das eleições de 2012 para 2016. Mais do que mudanças pequenas como a redução da proporção de coligações com PMDB, PSD, PTB, PSDB e outros partidos, o PT aumentou em proporção mais significativa suas alianças com partidos como PROS, PEN, PHS e PTN. Embora não seja possível atribuir uma causa para esse comportamento no âmbito deste trabalho, pode-se inferir que esses partidos representaram para o PT alternativas de manter a capilaridade nos municípios, mesmo depois de grande desgaste político com o impeachment de Dilma.

Embora não seja possível estabelecer relações estatísticas de causalidade entre o comportamento dos partidos na votação da admissibilidade do impeachment de Dilma e as mudanças nas coligações formadas pelo PT nas eleições majoritárias municipais de 2016, sabemos que o impeachment teve grande repercussão e impacto político. Assim, os dados apresentados parecem sugerir alguma relação entre acontecimentos do cenário nacional nas eleições municipais, se distanciando de uma racionalidade contextual pura nos moldes de Lima Júnior (1983). Por outro lado, isso não implica em uma necessária nacionalização da competição nos municípios brasileiros, visto que partidos que articularam o processo de impeachment, como PMDB, continua sendo o principal parceiro petista no nível local.

Todavia, sabemos que o jogo político é jogado em muitas rodadas, especialmente no vasto universo do número e diversidade dos municípios brasileiros. Assim, no curto intervalo entre o impeachment de Dilma e as eleições municipais, não surpreende que o PT tenha tentado manter alguma capilaridade e reduzir suas perdas políticas e eleitoras que já eram enormes, mais do que privilegiar consistência entre suas coligações e a orientação partidária sobre a admissibilidade do impeachment. Porém, é importante salientar novamente que acreditamos que justamente nesse ponto se distancia a

racionalidade contextual. Embora alguns analistas possam interpretar tais coligações como arranjos locais, acreditamos que se trata de uma estratégia pragmática de redução de dados, fortemente impactada pelo contexto político nacional, demonstrando, assim, que as articulações no nível local não estão descoladas dessa realidade.

## 6. Referências Bibliográficas

ANASTASIA, F.; NUNES, F.; MEIRA, J. F. A margem do meio da política: as coligações entre PT e PSDB em eleições majoritárias. **Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira**. p.245–273, 2010.

FERREIRA, C.; RIBEIRO, M. Estratégias Partidárias em Eleições proporcionais : Uma análise do HGPE da campanha à Câmara dos Deputados no Rio Grande do Sul nas eleições de 2010. **5ª mostra de Pós-Graduação**, 2010. Porto Alegre.

FIGUEIREDO, M. Competição eleitoral: eleições casadas, resultados solteiros. **Monitor Público**, , n. 2, p. 21–27, 1994.

LIMA JUNIOR, O. B. **Os partidos políticos brasileiros**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 88, p. 21–37, 2010.

LIMONGI, F.; VASSELAI, F. Coordenando candidaturas : coligações e fragmentação partidária nas eleições gerais brasileiras. Associação Brasileira de Ciência Política. **Anais...** , 2016.

MACHADO, C. A. M. **Condicionantes das coligações para o cargo de prefeito no Brasil (2000 a 2008)**, 2012. UFMG.

MACHADO, C. M.; MIGUEL, L. F. Padrões de coesão e dispersão : Uma proposta de tipologia para coligações. **Teoria & Pesquisa**, v. XX, n. 2, p. 37–58, 2011.

MENEGUELLO, R. Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias. **Textos para discussão CEPAL/IPEA**, , n. 8, p. 9–45, 2010.

MIGUEL, L. F.; MACHADO, C. Um Equilíbrio Delicado: A Dinâmica das Coligações do PT em Eleições Municipais (2000 e 2004). **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 50, n. 4, p. 757–793, 2007.

SANDES-FREITAS, V. Nacionalização da competição eleitoral no novo contexto democrático brasileiro: uma análise à luz das categorias analíticas do neoinstitucionalismo. **Teoria & Pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 48–60, 2012.

SCHMITT, R. A. **Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil**, 1999. IUPERJ.